



MOVIMENTO ESTUDANTIL EM BELO HORIZONTE: AÇÕES E REAÇÕES DOS ESTUDANTES AO DECRETO-LEI 477 (1969-1979)

Daniele Teles de Oliveira¹

Resumo: Embasado em uma literatura específica sobre o movimento estudantil, a ação política dos jovens e também dos movimentos sociais, este trabalho procura discutir os meios de reação dos estudantes, em Belo Horizonte, entre os anos de 1969 e 1975, contra uma legislação específica (Lei Suplicy de Lacerda, Decreto Aragão e Decreto-Lei 477). O resgate dos mecanismos de reação do movimento estudantil permite uma análise que procura ir além da tradicional ênfase dada à luta armada, como mecanismo, por excelência, da ação dos estudantes. Desse modo, pensar as articulações e a manutenção da representatividade estudantil que construíram os meios de reação desse movimento em Belo Horizonte-acrescenta novas perspectivas em relação a esse objeto. Assim, a análise da imprensa estudantil se mostrou relevante, no sentido de trazer contribuições para o entendimento da organização dos estudantes em torno de suas entidades representativas.

Palavras Chave: Movimento Estudantil em Belo Horizonte, Decreto-Lei 477, Imprensa estudantil.

¹ Graduada em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (uniBH); daniteles82@yahoo.com.br

A história do movimento estudantil brasileiro², a partir de 1964, se confunde com a história da repressão militar levada a efeito pela Ditadura Civil-Militar³ da época. Nesse-sentido, a historiografia sobre o movimento estudantil se desenvolve levando em consideração o contexto de ações e reações provocadas pela instauração de um regime de exceção que vigorou por cerca de vinte anos no país. O movimento estudantil experimentou períodos bem distintos e isso será importante para pensar o objeto desse estudo.

Este trabalho propõe uma análise do movimento estudantil universitário em Belo Horizonte, entre os anos de 1969 e 1975. A escolha desse recorte temporal se explica pela intenção de resgatar parte da história do movimento estudantil no chamado período de silenciamento, em que, por causa do recrudescimento do aparato militar, as articulações dos movimentos contestatórios não tiveram espaço, ou foram duramente rechaçadas. Para essa análise, será necessário perceber as especificidades das fontes selecionadas. Assim, foram utilizados documentos das lideranças estudantis, reportagens do jornal *Estado de Minas*, leis e decretos. Tais fontes foram analisadas de

²Sobre Movimento Estudantil ver: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina: teoria e método sociológico*; BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja, a revolução estudantil*; CAMPOS E SILVA, Maria Elizabeth Corrêa. *Ideário do Movimento Estudantil em Belo Horizonte entre 1964 e 1968: Utopias e desencantos*; CAVALIRI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do Movimento Estudantil: 1964-1980*; CUNHA, Janaína Dias. *Contestação e contra-hegemonia: publicações estudantis durante a ditadura*; DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*; FORRACCHI, Marialice Mercarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*; MARTINS FILHO, João Roberto. *O movimento estudantil no Brasil, 1964-1968*; POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*; SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64*; SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*; UNE. *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*; VALLE, Maria Ribeiro. *O diálogo é a violência: Movimento Estudantil e Ditadura Militar em 1968*; VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*.

³Sobre Ditadura Militar ver: ALMEIDA, Maria Hermínia de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. p.320-409; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. p.161-175; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*; GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?*; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada*; MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.); FERREIRA, Jorge. (Org.). *As esquerdas no Brasil*, 3º volume. Revolução e democracia. 1964...

modo a responder às intenções iniciais de entender o movimento estudantil em Belo Horizonte e o estudante que o compunha.

Para o entendimento desse objeto, o Decreto-Lei 477 funcionou como referência de análise da repressão contra os estudantes. Através dos meios de reação ao referido decreto, foi construído o panorama da repressão e da movimentação estudantil em Belo Horizonte, especialmente dentro da UFMG.

Apesar de se constituir um tema já bastante discutido pela historiografia, este trabalho se mostra relevante, pois boa parte das pesquisas sobre o movimento estudantil privilegia os acontecimentos emblemáticos e de grande repercussão que ocorreram principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Outra questão importante diz respeito ao recorte temporal mais estudado, abarcando especialmente os anos de 1964 (Ditadura Civil-Militar) e 1968 (Decretação do AI-5). Marcos Ribeiro Mesquita (2003) reitera que esse período cristalizou no imaginário social uma imagem de ação reivindicativa e política do movimento estudantil, que formaram um ideal durante o período em questão.

Na realidade, esse período de maior efervescência do movimento estudantil criou uma imagem e um parâmetro para as outras experiências estudantis. É, assim, considerado o *verdadeiro movimento estudantil*, construindo uma imagem automática no imaginário social, em que se destacam as ações ditas subversivas, as rebeliões de rua, a existência ativa de uma vanguarda revolucionária, enfim, todo um arsenal de ações estudantis, principalmente nos anos de 1964 e 1968, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Para reiterar a viabilidade da pesquisa empreendida, ressalta-se a heterogeneidade das fontes, assim como a sua vastidão. É possível visitar as fontes aqui utilizadas no acervo do DOPS, digitalizadas no Arquivo Público Mineiro (APM), onde foi possível analisar a documentação interna do movimento estudantil, como jornais discentes, notas oficiais, documentação da reitoria, assim como alguns documentos do próprio DOPS, que expressam o entendimento da repressão por parte do governo. De fácil acesso também está o jornal *Estado de Minas*, que tem seu acervo disponibilizado na Hemeroteca da cidade de Belo Horizonte.

Com relação à proposta de analisar a documentação interna do movimento estudantil, como jornais discentes, cartas, manifestos e notas oficiais, a intenção foi buscar perceber o descontentamento dos estudantes diante das atitudes autoritárias do governo através das publicações produzidas pelos órgãos discentes. Assim, a intenção

foi entender o ideário que permeava a ação desses estudantes, e como eram articuladas as ideias que os mobilizavam.

Para tanto, foi importante a contribuição da História Política⁴ para compor o entendimento desse objeto de estudo. Depois de ter desfrutado de um amplo prestígio durante todo o século XIX, a História Política entrou em processo de declínio. A fundação da revista *Annales* iria dar impulso a um profundo movimento de transformação no campo do conhecimento histórico. Desse modo, iniciou-se um período em que a hegemonia do político começou a ser questionada, e a historiografia começou a defender uma nova concepção de história, em que o econômico e o social deveriam ocupar lugar fundamental.

René Remond (1996), ao fazer a defesa da renovação da História Política, reitera que já não se justifica afirmar que essa história só se interessa pelas minorias privilegiadas. Na verdade, essa nova História Política não negligencia as massas, suas análises não se fundamentam em fatos efêmeros e superficiais inscritos na curta duração, pelo contrário, é possível, sim, perceber os movimentos profundos da sociedade. Este autor entende que “se a história das formações políticas fica na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração.” (REMOND, 1996, p.34).

Ao privilegiar a História Política para a análise do movimento estudantil, a intenção é entender esse período para além do viés econômico, sendo importante trazer à tona as disputas políticas, a atuação propriamente dita dos partidos, o papel da mídia, enfim, tudo o que de alguma forma remete ao político. Entender o movimento estudantil no período da Ditadura Civil-Militar, leva em consideração perceber que o Brasil começou a conviver com fatos políticos atípicos, sendo importante perceber que no período anterior ao golpe, além dos problemas econômicos, o Brasil convivia com uma grande efervescência política.

Concordando com René Remond, a História Política consegue analisar bem esses momentos em que há intensa repressão e controle dos meios de comunicação, ressaltando-se algumas questões importantes na análise da ditadura civil-militar e do movimento estudantil. Assim, os eventos particulares, como o AI-5, o Decreto-Lei 477,

⁴Sobre História Política ver: ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*; FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha História”: O retorno da História Política, p. 265-271; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*; JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novas abordagens*, p. 180-196; REMOND, René. *Por uma história política*.

a Lei de Segurança Nacional, funcionaram como mecanismos de mudanças na sociedade, demonstrando a ação do poder que reprimia, prendia e torturava.

Através das reportagens sobre o movimento estudantil publicadas no *Estado de Minas*, foi possível perceber as construções de interpretações referentes às atitudes dos estudantes. Na verdade, esse jornal publicava notícias que expressavam o cotidiano estudantil, sem, contudo, aprofundar sobre as discussões que certamente ocorriam dentro da UFMG, principalmente em relação às atitudes repressivas do governo. O movimento estudantil foi alvo de severa repressão porque representou um dos maiores exemplos de contestação pública à ordem vigente, mas este jornal não publicava notícias que corroborassem essas constatações.

De um modo geral, os autores que pesquisaram sobre o movimento estudantil concordam que foram os estudantes a camada da população que experimentou de forma mais aguda a perseguição dos militares no período ditatorial. Essas constatações se embasam no fato de que muitas lideranças estudantis desse período foram exiladas, presas, e também pelo fato de a sede da UNE, no Rio de Janeiro, ter sido depredada e incendiada no dia seguinte ao Golpe Civil-Militar. José Luís Sanfelice aponta bem para essa questão ao afirmar:

Quanto à UNE e ao movimento estudantil, que haviam assumido posições políticas e ideológicas já indicadas, passaram a sofrer muitos ataques da reação que se desencadeou pós-64. Começaria a se configurar um período de relações extremamente conflituosas entre estudantes e governos. (SANFELICE, 1986, p.30)

Efetivado o golpe civil-militar, os governos tiveram como uma de suas metas o controle e a manipulação ou, até mesmo, a redefinição do movimento estudantil, a fim de conter os ânimos dos contestadores. Acompanhando a linha de raciocínio de Sanfelice, José Augusto Guilhon Albuquerque (1977) aponta para outra questão, que era a perda de representatividade política que o movimento estudantil experimentou naquele período, além é claro, do controle efetivo do Estado sobre todas as organizações sociais. Fica nítido, nesse sentido, que esses autores não só denunciam a repressão, mas analisam os dispositivos utilizados pelo governo militar para conter o movimento estudantil, o que se transformou em uma necessidade primordial dos órgãos repressivos.

Arthur José Poerner (1995) também aponta algumas questões importantes. O movimento estudantil, através de sua mais importante instituição, a UNE (União Nacional dos Estudantes) se tornou alvo primordial dos atos de repressão do governo

militar. Segundo ele, os mecanismos utilizados pela ditadura civil-militar transformaram o estudante em um elemento perigoso para a Segurança Nacional⁵. Nesse raciocínio, ser estudante era o mesmo que ser “subversivo”.

Para além de todo esse apontamento, esse autor faz uma dura crítica a esses mecanismos, deixando claro que a intenção do governo militar era, a qualquer custo, subordinar os jovens estudantes brasileiros a um pensamento condizente com as ideias governistas. Para isso, era preciso substituir o ideal dito comunista, considerado subversivo, pelo plano do governo vigente.

De acordo com Flávia de Angelis Santana (2007), a partir do golpe civil-militar de 1964, o movimento estudantil precisou modificar sua forma de atuação. Isso porque o governo militar atuava em duas frentes com relação à política educacional: uma dava conta da modernização do ensino com os acordos MEC-Usaid, e a outra tinha a função de reprimir as manifestações contrárias.

Instalado o golpe em 1964 e o AI-5 em 1968, o governo aplicou medidas repressivas no meio universitário. Essas medidas foram seguidas por uma legislação que objetivava a restrição e contenção da atuação dos estudantes dentro das instituições (Lei Suplicy de Lacerda, Decreto Aragão (228) e Decreto-Lei 477). De todo modo, os estudantes não deixaram de manifestar o seu descontentamento em relação às práticas repressivas do governo e à forma autoritária e antidemocrática com que as questões pertinentes ao meio universitário estavam sendo tratadas.

Ainda de acordo com Santana (2007), o movimento estudantil brasileiro experimentou um período de liberdade, entre 1961-1964. No início dos anos 1960, notadamente no governo Goulart, no qual se deu o acirramento das lutas políticas e a intensificação da mobilização social, o movimento estudantil, articulado através da UNE, associou-se a outros movimentos sociais e se envolveu em diversas campanhas de caráter político e social. Outro período foi o de resistência, entre 1964-1968, período de maior repressão aos movimentos de ordem contestatória ao regime instaurado, e momento em que se verificaram mais explicitamente os meios de reação liderados pelo movimento estudantil.

Os anos de 1968 a 1974 compõem o chamado período de silenciamento do movimento estudantil, ocasião em que o recrutamento do aparato militar minou suas

⁵Sobre a Doutrina de Segurança Nacional ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*; BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*, p.15-42.

forças, fazendo com que alguns dos jovens optassem pela luta armada⁶. A retomada do movimento estudantil ocorreu no período entre 1974 e 1984, época em que o país vivenciava o período de abertura política. Nesse contexto, o movimento estudantil ampliou suas pautas e voltou às ruas para lutar pela redemocratização. Essa periodização é importante para entender como se configuraram os mecanismos de reação dentro do movimento.

Desse modo, é importante analisar o movimento estudantil levando em consideração o ambiente político que o país vivenciava, e mais do que isso, torna-se importante perceber os mecanismos que compõem a estrutura de funcionamento dele, pois não há como pensar no movimento sem a articulação entre o contexto histórico e as dinâmicas internas.

Concordando com Marialice Mercarini Forracchi (1977), a compreensão do movimento estudantil não pode ser pautada exclusivamente nas posições defendidas pela sua vanguarda. É muito mais importante perceber a comunicação entre a cúpula e a base desse grupo e, principalmente, fazer uma análise mais profunda sob quais condições essa comunicação se estabelecia, traduzindo as reivindicações do movimento. De um modo geral, o movimento estudantil apresentava-se como uma das possibilidades de atuação política dos estudantes, assim, o ingresso na universidade se tornava fator preponderante para essa atuação. Fica claro que esse novo ambiente enfatizava, no imaginário do estudante e no seu modo de vida na universidade, a relação entre os aspectos sociais e psicológicos com a participação na política estudantil.

Sendo assim, importa entender que a situação social desse jovem integrante e atuante no movimento estudantil vai forjar seu comprometimento com ações que estão além dos muros das universidades e se pautam em uma luta reivindicativa em relação aos assuntos internos e às lutas contra a ditadura militar.

O caráter elitista e burguês do movimento estudantil é um assunto muito discutido nas ciências sociais quando se fazem análises do mesmo, já que os estudantes universitários daquele período eram de um modo geral oriundos da classe média

⁶Sobre Luta Armada ver: GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?*; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada*; LEITE, Isabel Cristina. *Radicalização política frente ao regime militar em Belo Horizonte - o grupo COLINA*, p.1-13; RIDENTI, Marcelo. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*, p.53-65; ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, p.45-89.

brasileira. No entanto, assim como aponta Lucília Augusta Lino de Paula (2002), é importante ressaltar que, no período estudado, as universidades públicas eram instituições dominantes no contexto do ensino superior no Brasil e a base do movimento estudantil era a pequena-burguesia, que, todavia se apresentava como um movimento com características próprias. É preciso levar em consideração que a universidade brasileira naquele período era muito restritiva, e dentro dela predominava a presença da pequena-burguesia.

Para além de todo esse apontamento, fica claro na análise sobre o movimento estudantil seu caráter oposicionista ao regime vigente, que encontrou no aparelho repressivo uma posição extremamente hostil. Dentro dessa situação de oposição, é evidente também a diversidade de posicionamentos dentro do movimento estudantil, expressa nas concepções ideológicas e partidárias dos estudantes. Desse modo, muitos estudantes, no período que vai desde 1964 até fins da década de 1970, se lançaram na luta contra a ditadura de diversas formas, entre as quais está a luta armada. Todos foram duramente perseguidos, mas o que não se pode negar é a importância do movimento estudantil para o entendimento da resistência à ditadura civil-militar no Brasil.

A legislação contra os estudantes no período militar apresentou-se como o meio mais eficaz na tentativa de silenciamento do movimento estudantil. As leis específicas, como a Lei Suplicy de Lacerda, o Decreto Aragão e o Decreto-Lei 477, serviram como meios de reação desses jovens, que entendiam que o repúdio a esses mecanismos, contribuía para a articulação e a movimentação estudantil no período em questão. Assim, entender as formas dessa reação acrescenta subsídios para a compreensão do movimento estudantil em Belo Horizonte.

A Lei Suplicy de Lacerda e o Decreto Aragão foram uma das expressões dos atos de arbitrariedade da ditadura civil-militar contra os estudantes brasileiros. Mas o Decreto-Lei 477 se apresentou como a forma mais particularizada e detalhada dos meios de repressão ao movimento estudantil, foi o controle legal definitivo dele. A ditadura civil-militar tinha mais uma vez a oportunidade de silenciar o movimento estudantil através da legislação, o Decreto-Lei 477 respondeu exatamente às intenções governamentais, se tornando o meio mais eficaz para fazê-lo.

O Decreto-Lei 477 foi editado no dia 26 de fevereiro de 1969, e tinha como objetivo coibir qualquer manifestação política ou de protesto dentro das instituições públicas ou particulares de ensino. Dentre essas manifestações incluíam-se greves, protestos, comícios, passeatas, ou qualquer outra atividade considerada subversiva.

Rosa Maria Cavaliri (1987) aponta que durante a vigência do Decreto-Lei 477 (1969-1979), o mesmo “foi utilizado 245 vezes, atingindo 12 estudantes do ensino médio, 228 do ensino superior, três professores e dois funcionários de instituições universitárias.” (CAVALIRI, 1987, p.140).

Foi a instalação do terrorismo na universidade, sendo conhecido como o AI-5 da Educação. A limitação da participação estudantil no período de 1969 (ano da edição do decreto), até por volta de 1975 (momento em que iniciou o período de abertura política no Brasil) está intrinsecamente ligado ao conteúdo do referido decreto.

Analisando o texto do decreto, nota-se que não há uma definição objetiva do que seriam atos subversivos, ou mesmo atos contra a moral e à ordem pública, sendo assim, o que aconteciam eram atitudes totalmente imprevisíveis por parte do governo. A simples suspeita de violação do decreto, cedia ao dirigente do estabelecimento de ensino o direito de instaurar inquérito policial. O Governo Federal elaborou esse decreto com base na Doutrina de Segurança Nacional, sendo direcionado especificamente a alunos, professores e funcionários de entidades estudantis.

No dia 12 de março de 1971, o jornal *Estado de Minas* publicou uma reportagem que deixava claro o posicionamento do movimento estudantil mineiro, em especial o DCE/UFMG, face ao Decreto-Lei 477. Nessa ocasião, o DCE da UFMG, apoiou abertamente o posicionamento de outras entidades representativas dos estudantes, que, corporificado em uma carta ao Ministro da Educação Jarbas Passarinho, solicitava a revogação do Decreto 477.⁷

A reportagem reiterava que, dentre os problemas que a universidade brasileira enfrentava, o Decreto-Lei 477 ocupava lugar importante, pois ele era responsável pela limitação da participação nos problemas da educação. E mais, de acordo com o então vice-presidente do DCE, Etelvino de Oliveira Nunes, “o decreto não permite que os estudantes se preparem para o trabalho que vão executar depois de formados, porque acaba com seu interesse pelo debate de problemas que o atingem.”.

Nesse sentido, o grande interesse do movimento estudantil em revogar o Decreto-Lei 477, residia em questões que ultrapassavam o período escolar, e trazia reflexos na vida em sociedade, inclusive com relação aos problemas sociais. De acordo com os representantes estudantis, esse decreto resultava em uma estagnação cultural da universidade, que refletia na contribuição dela para a sociedade. Outra questão que

⁷ ESTADO DE MINAS: Estudantes pedem o fim do decreto. Belo Horizonte. 12 de março de 1971.

preocupava, era que este decreto era aplicado à revelia do diretor da faculdade, sendo que, a possibilidade de recurso estava a cargo do próprio diretor ou do Ministro da Educação.

Diante de uma situação totalmente contrária, o movimento estudantil brasileiro ainda tinha a “ilusão” de revogar o decreto. Entretanto, o que se viu foi o aumento significativo de prisões, invasões de escolas, perseguições, fechamentos de DA’s, etc. Nesse período, não havia muito que fazer, o movimento estudantil estava diante de uma situação totalmente aterrorizante, em que não se podia fazer nenhum tipo de manifestação, afinal, a retaliação era iminente.

Dentre as lutas específicas que a UNE direcionou nesse período, com certeza, as denúncias em relação às cassações de estudantes e professores ocuparam lugar importante. No 31º Congresso da UNE, realizado em Minas Gerais em 1971, esta entidade deixava claro sua posição frente ao Decreto, e outras questões importantes no cenário político nacional. Desse modo, a UNE expressava sua representatividade, e definia assim sua posição:

A UNE representa o desejo dos estudantes de verem a pátria independente, livre e próspera. Nosso anseio às liberdades democráticas, em oposição às leis arbitrárias, às torturas e assassinatos. Nossa determinação de lutar por eleições livres, pelas liberdades de imprensa, pensamento e criação artística. A bandeira de autonomia universitária, da defesa das entidades e da luta contra os decretos 477 e 5.550⁸. Da defesa de nossas riquezas, contra a política externa subserviente. Representa, em resumo, a oposição dos estudantes ao regime militar, por uma democracia autêntica, sem ilusões de falsos diálogos com os governantes e compreendendo que fomos colocados na situação de ter que lutar se não quisermos ver esmagados nossos legítimos anseios. (UNE, 1980, p.122)

O movimento estudantil, como categoria dos Movimentos Sociais, tem em seu bojo fatores que o condicionam em ações de “caráter reativo, ativo ou passivo”, assim como salienta Maria da Glória Gohn (2000, p.247-248). Desse modo, a UNE como entidade aglutinadora de indivíduos com interesses em comum, capazes de politizar suas demandas a fim de construir uma luta política ampla, se encaixa bem no conceito de Movimentos Sociais. Partindo da análise do documento produzido no 31º Congresso da UNE, é possível analisar bem a construção da identidade e do posicionamento político do movimento estudantil naquele período. Observa-se que nesse documento, o movimento estudantil tinha demandas específicas, que diziam respeito a uma realidade

⁸ Essa lei dava conta das questões relativas à Reforma Universitária proposta pelo governo.

social própria do período militar, unindo os estudantes em prol da superação dos problemas.

O tipo de reação que o movimento estudantil experimentou nesse contexto, respondeu ao arbítrio do governo militar, ou seja, coube aos estudantes a resistência, a democratização da informação e a tentativa de manutenção da representatividade. A oposição consistente dos estudantes frente ao Decreto-Lei 477 está evidente neste documento, mas, o próprio sucesso da realização do 31º Congresso da UNE, se apresentou como uma forma contundente de reação, pois foi responsável pela atuação democrática das entidades representativas, assim como o sucesso em outras reivindicações e posicionamentos dos estudantes.

A imprensa estudantil nesse período se configurou como um dos meios encontrados para a participação política dos estudantes, ela era uma forma de aproximação do corpo discente e suas entidades representativas. Analisando especificamente o movimento estudantil no período em que o Brasil vivia um regime de exceção, ficam claros nas publicações dos órgãos discentes os reflexos das práticas repressivas que foram uma constante no meio universitário. Essas publicações normalmente ficavam a cargo dos DA's e do DCE e apresentavam-se como uma das formas de oposição à ditadura civil-militar dentro da UFMG. Tinham em seu conteúdo discussões que eram latentes no Brasil, e configurava um posicionamento político claro de repúdio à ordem vigente, com críticas constantes ao governo militar. De acordo com Flávia Werle⁹, imprensa estudantil é:

Uma imprensa constituída por grupos de alunos que, por curto período de tempo, estão na escola e que caracterizam, em seus escritos, ocorrências e imagens diretamente vinculadas aos atores ali presentes, e ao específico momento histórico institucional. (WERLE, 2007, p.83, *apud* CUNHA, 1988).

Essas publicações normalmente adotavam a orientação ideológica do grupo que assumia a gestão da entidade estudantil. Nesse sentido, constituíam-se como a voz dos estudantes, de modo que suas posições eram defendidas e divulgadas no meio universitário. Com uma postura clara de crítica e contestação, os estudantes buscavam informar o corpo discente sobre o que acontecia dentro da universidade e no Brasil, como forma de aproximar os estudantes da realidade em que viviam. Essa era uma

⁹ WERLE, Flávia; BRITO, Lenir; NIENOV, Gisele. Escola normal rural e seu impresso estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol.45, pp.85-105, jun.2007.

maneira de obter o apoio da massa estudantil, e principalmente, de deixar claro o posicionamento do movimento estudantil com relação às questões políticas do país.

Em relação ao Decreto-Lei 477 não foi diferente. O DCE da UFMG, em várias gestões, utilizava seus jornais como meio de disseminar a informação, e principalmente, como mecanismo de denúncia em relação à repressão a que estavam sujeitos. Através do entendimento por parte do corpo discente da realidade brasileira e da universidade, era possível construir uma pauta política comum, que resultaria em uma maior interatividade entre a massa estudantil e seus órgãos representativos.

O jornal *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*¹⁰, de novembro de 1973 expôs a crítica e o medo que o Decreto-Lei 477 causava nos estudantes. “O 477 é terrorismo na universidade”. Era dessa forma que os estudantes se expressaram em relação ao decreto na publicação do referido jornal. Em carta aberta em solidariedade ao Diretório Acadêmico da Faculdade do Rio Grande do Sul, o DCE da UFMG manifestava o repúdio ao Decreto-Lei 477, assim como fica explícito a seguir:

O estudante da UFMG, através de nossas entidades representativas, manifesta nosso mais veemente repúdio à decisão da Reitoria da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) em fechar o DAECA (Diretório Acadêmico de Economia, Contabilidade e Administração), recolher seu órgão oficial (Jornaleco) e instaurar inquérito contra seus estudantes, apoiando-se no intolerável Decreto-Lei 477. (GOL A GOL SE PEGÁ COM O PÉ É DIBRA, 06 de novembro de 1973).

Essa carta do DCE apresenta duas questões importantes: primeiro é que havia uma comunicação e um interesse dos estudantes em relação ao que acontecia em outras instituições, que configurava a solidariedade e a empatia entre elas; e segundo, a plena consciência do corpo discente da necessidade de denúncia da arbitrariedade institucionalizada que era o Decreto-Lei 477. Mesmo entendendo que este decreto era a instauração do terrorismo na universidade, os estudantes sabiam que a atuação do movimento estudantil em defesa da integridade de seus órgãos representativos era uma questão de sobrevivência.

¹⁰ Informativo discente do DCE da UFMG que tinha como objetivo publicar assuntos que diziam respeito diretamente ao estudante, à vida universitária e os problemas nacionais. Era uma publicação que ficava a cargo dos DA's e do DCE, composta por uma comissão designada pelo Conselho dos Diretórios da UFMG, e por representantes do: DCE; D.A FACE (Faculdade de Ciências Econômicas); D.A FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas); D.A Medicina; D.A ICB (Instituto de Ciências Biológicas); D.A ICEX (Instituto de Ciências Exatas) e D.A Veterinária.

Nas eleições para o DCE de 1973 da UFMG, o DA/FACE (Faculdade de Ciências Econômicas) reiterava a importância da democracia como meio de manter a representatividade do movimento:

Eleições DCE/UFMG:

Nós estamos propondo democracia, já que no momento, nenhuma outra palavra pode ser dita para caracterizar nosso protesto contra as regras do jogo.

... Democracia que para a entidade estudantil significa ganhar terreno no sentido de se tornar cada vez mais representativa. (NOTA OFICIAL Eleições DCE/UFMG. Belo Horizonte: DA/FACE. 1973).

Por meio desse posicionamento, o movimento estudantil deixava claro que existia a necessidade de sustentar uma atitude coerente na busca da manutenção da autonomia das entidades estudantis. O “protesto contra as regras do jogo” nada mais era do que posicionar-se de tal forma, que caracterizasse uma atitude clara e veemente contra a arbitrariedade da repressão aos estudantes e à sociedade brasileira.

Como categoria dos movimentos sociais, o movimento estudantil politizou suas demandas por meio de atitudes que caracterizaram uma luta política contra o governo militar. Por meio de publicações discentes, notas de repúdio, de conclamação dos estudantes e dentre outros, os estudantes aglutinavam demandas próprias, que configuravam a realidade que estavam sujeitos. Pensar que esses estudantes compunham a chamada classe média brasileira no período em questão, não tirou deles o protagonismo social, pelo contrário, a consciência da sua situação privilegiada se traduziu em atitudes solidárias ao povo brasileiro.

As demandas dos estudantes ultrapassavam as questões internas, e os levaram a estabelecer meios de denúncia e posicionamento político claro, como resposta aos mecanismos de cerceamento das liberdades. Com efeito, o movimento estudantil conseguiu construir uma práxis que o legitimava enquanto entidade representativa, e estabelecia pautas diversas, em virtude do momento histórico. A democratização da informação estabeleceu um veículo de comunicação entre o corpo discente, permitindo que a representatividade fosse preservada.

Enfim, diante de uma demanda, que na maioria das vezes figurou no campo simbólico (como a luta pela manutenção da representatividade, pelas liberdades democráticas, etc.), o movimento estudantil em Belo Horizonte, em especial dentro da UFMG, construiu uma forma de ação que colaborou para sua sustentação. Ao manter uma postura crítica e de protesto, esses estudantes, que mantinham uma

representatividade em meio aos demais, estabeleceram uma comunicação que os legitimavam enquanto entidade representativa, que em última instância, se tornou o modo de ação e de reação ao regime de exceção e às leis restritivas. É possível concluir a partir da análise das fontes, que a intenção do movimento estudantil era manter a representatividade e a aproximação dos estudantes com os DA's e o DCE como forma de garantir apoio e sustentação.

Com o Decreto-Lei 477, a legislação tentou calar o movimento estudantil, entretanto, as formas de ação e de reação dos estudantes, traduziu as manobras a que esse movimento esteve sujeito para se manter. Na impossibilidade de fazer grandes manifestações ou de denunciar na grande imprensa, os estudantes montaram uma rede de comunicação interna como meio de denúncia, de posicionamento crítico, e de legitimação das entidades representativas. Essas constatações são possíveis a partir das fontes analisadas nesse trabalho, em especial a documentação interna do movimento estudantil, como seus jornais discentes.

Ficou evidente nessas análises, que, para o movimento estudantil da UFMG, a democratização da informação, o incentivo à análise crítica, e a politização do meio estudantil, configuravam meios de manter ativas as formas de representatividade, como também a postura de aproximação com as entidades, notadas como forma de sustentação dos órgãos representativos, como os DA's e o DCE.

ABSTRACT - Based in a specific literature about the student movement, political action of the youths and also about social movements, this essay seeks to discuss the means of students reaction, in Belo Horizonte, between the years of 1969 and 1975, against a specific legislation (Law Suplicy de Lacerda, Decree Aragão and Decree-Law 477). Recovering student movements` mechanisms of reaction permits an analysis that seeks going beyond the traditional emphasis given to the armed resistance as the main mechanism of students action. Of this way, thinking about the articulations and maintenance of the student representativeness, that built the means of movement's reaction in Belo Horizonte, provides news perspectives regarding that subject. Like this, the analysis of the student press was shown prominent, in the sense of bringing contributions for the understanding of the student's organization around its representative entities.

Keywords: Student movement in Belo Horizonte, Decree-Law 477, Student Press.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina: teoria e método sociológico**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

ALMEIDA, Maria Hermínia de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.320-409.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. p.161-175.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. (Org.). **As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 321-354.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.15-42. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja, a revolução estudantil**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

CAMPOS E SILVA, Maria Elizabeth Corrêa. **Ideário do Movimento Estudantil em Belo Horizonte entre 1964 e 1968: Utopias e desencantos**. Belo Horizonte, 2001.147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão das Cidades.

CAVALIRI, Rosa Maria Feiteiro. **Os limites do Movimento Estudantil: 1964-1980**.1987. Campinas, 1987. 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1987.

CUNHA, Janaína Dias. Contestação e contra-hegemonia: publicações estudantis durante a ditadura. In: III SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2008, Londrina. **Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, Londrina, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha História”: O retorno da História Política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FORRACCHI, Marialice Mercarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** 34. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, J. & NORA, P. **História: novas abordagens**. Tradução de Henrique Mesquita. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.

LEITE, Isabel Cristina. Radicalização política frente ao regime militar em Belo Horizonte - o grupo COLINA. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 3, n. 8, p.1-13, 2005.

MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos**. São Paulo: FAPESP, Campinas (SP): Mercado das Letras, São Carlos: UFSCar, 1998.

_____. **O movimento estudantil no Brasil, 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. São Paulo, n.66, p. 117-149. Out. 2003.

PAULA, Lucília Augusta L. Movimento Estudantil e trajetórias socioculturais. II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2002. **II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.p.1-15.

POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4. ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.); FERREIRA, Jorge. (Org.). **As esquerdas no Brasil, 3º volume. Revolução e democracia. 1964...**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. p.53-65.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.45-89.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. São Paulo, 2007. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UNE. **História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Livramento, 1980.

VALLE, Maria Ribeiro. **O diálogo é a violência:** Movimento Estudantil e Ditadura Militar em 1968. Campinas, 1997. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação na área de concentração: Ciências Sociais aplicadas à Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1997.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos.** São Paulo: FAPESP, Campinas (SP): Mercado das Letras, São Carlos: UFSCar, 1998.

WERLE, Flávia; BRITO, Lenir; NIENOV, Gisele. Escola normal rural e seu impresso estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol.45, pp.85-105, jun.2007.

FONTES

BRASIL, Decreto-lei 228, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126145/decreto-lei-228-67>. Acesso em: 24/06/2010.

BRASIL, Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969. In: SANFELICE, José Luís. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez, 1986.p.233.

BRASIL, Lei Suplicy de Lacerda, de 09 de novembro de 1964. In: SANFELICE, José Luís. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez, 1986.p.204.

ESTADO DE MINAS: Estudantes pedem o fim do decreto. Belo Horizonte. 12 de março de 1971.

GOL A GOL SE PEGÁ COM O PÉ É DIBRA: Belo Horizonte: DCE/UFMG, nov.1973.

NOTA OFICIAL Eleições DCE/UFMG. Belo Horizonte: DA/FACE. 1973.